

Acordo

"Racha" no governo favorece saída parlamentarista

Do enviado especial
e da Sucursal de Brasília

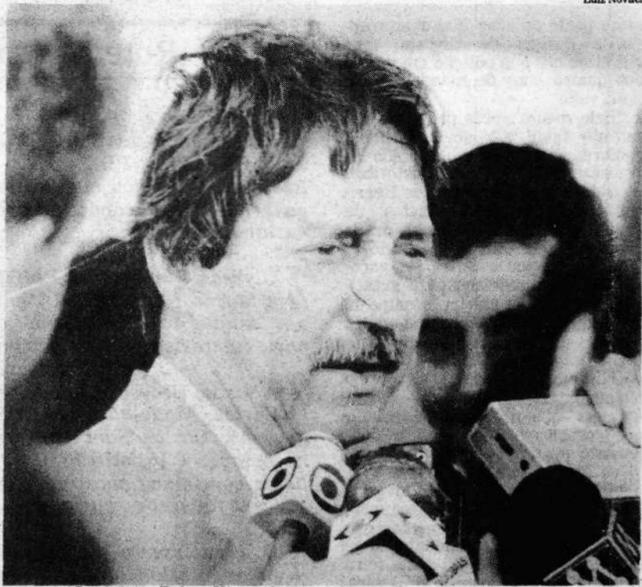
O governo José Sarney está rachando ao meio: pela manhã, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, disse aos presidentes dos quatro principais partidos do Congresso constituinte que o presidente José Sarney não é intransigente a respeito do sistema de governo a ser votado pela Constituinte, mas não abre mão dos cinco anos de mandato. Brossard acrescentou que "a negociação é imane ao processo político democrático".

A tarde, dois ministros fulminaram as afirmações de Brossard. Pelo telefone, Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, disse que "não existe essa história de o Brossard ter dito que Sarney aceita qualquer sistema de governo". Na Base Aérea de Brasília, ao se despedir do presidente, que embarcava para o Mato Grosso, Prisco Viana (Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente), dizia que "o presidente tem uma posição que o país e a Constituinte conhecem e não vai fazer qualquer tipo de transação. Admitir que ele possa aceitar outro sistema de governo [que não o presidencialismo], para ter mais prazo de mandato, é admitir que ele esteja fazendo uma barganha que absolutamente não corresponde à sua posição". Indiretamente, Prisco chegou a desautorizar Brossard, ao dizer que "nenhum ministro está autorizado pelo presidente a negociar outra solução que não presidencialismo com cinco anos".

O racha no governo ficava exposto também pelas posições dos ministros Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, e de Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara. Costa Couto, também na Base Aérea, limitou-se a dizer que "o tempo decidirá o enigma" sobre a disposição do governo para negociar ou não, ao passo que Sant'Anna, na Câmara, era terminante: "Nada mudou na nossa posição. Vamos votar presidencialismo com cinco anos".

Diferenças

A diferença de posição entre Brossard, ACM e Prisco era nítida: o ministro da Justiça, depois de um



O ministro Prisco Viana dá entrevista na Base Aérea de Brasília

hora de reunião com os presidentes de partidos, encerrada às 10h30, dizia que "a preocupação do presidente Sarney não é a de impor soluções, mas buscar soluções que assegurem a paz e a tranquilidade". ACM e Prisco iam em direção violentamente oposta: "o governo não fez o impasse e não lhe compete resolvê-lo" (Prisco). "Não há negociação, vamos bater chapa" (ACM, usando o jargão político para ir à votação, quando não se consegue uma composição).

Brossard, na reunião com Ulysses Guimarães (PMDB), Marco Maciel (PFL), Jarbas Passarinho (PDS) e Paiva Muniz (PTB), admitiu tão expressamente a hipótese parlamentarista que a conversa chegou a enveredar por uma discussão a respeito da data de implantação do sistema, como contou aos jornalistas, mais tarde, o senador Passarinho.

Para Passarinho "o parlamentarismo cresceu muito nos últimos dias". O presidente do PDS fez

questão de lembrar que três dos cinco presentes eram presidencialistas (o próprio Passarinho, Maciel e Ulysses), o que só dava mais força a essa constatação.

Outra coincidência exposta por Ulysses, Maciel e Passarinho: a reunião de ontem, no Ministério da Justiça, foi muito importante porque Brossard afirmou que "não há qualquer ponto de intransigência" na posição do governo, conforme o relato de Ulysses aos jornalistas. Passarinho iria na mesma triha: "A importância da reunião está dada pelo fato de que o presidente declarou, por seu ministro da Justiça, com quem se avistou há 24 horas, que qualquer decisão da Constituinte será respeitada".

A reunião produziu pelo menos um efeito imediato: Maciel, presidencialista convicto, ficou de reunir a bancada de seu partido para discutir a perspectiva de negociação aberta pelo ministro da Justiça e disse que, embora seu voto continue imutável a favor do presidencialismo, não será

Leonidas aceita parlamentarismo com plebiscito

Da Sucursal de Brasília

Em meio às negociações para a aprovação do sistema de governo parlamentarista e de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, o general Leonidas Pires Gonçalves (ministro do Exército) deu aval para a proposta, desde que seja previsto, nas Disposições Transitórias da nova Constituição, a realização de um plebiscito que avalie o novo sistema após um tempo de experiência.

Depois de encontrar-se ontem com o general e ouvir esta avaliação, o deputado José Geraldo (PMDB-MG) fez um relato da conversa ao deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte. "Se o parlamentarismo for o caminho para viabilizar eleições em 89, não haverá obstáculos por parte do general", disse o deputado.

José Geraldo relatou a Ulysses que Leonidas mostrou um "senso de

equilíbrio e moderação extraordinária" ao analisar as negociações para a votação do sistema de governo e do mandato de Sarney. Mas uma coisa é certa: todas as análises associam as duas votações.

A negociação para aprovação do parlamentarismo com cinco anos evitaria, segundo o deputado, o temor da área militar: eleições em 88. "Eles não querem", afirmou. A Folha não conseguiu localizar o ministro para confirmar as declarações.

Leonidas não conversou com José Geraldo sobre a data de implantação do novo sistema. Depois de conversar com Ulysses, o deputado disse que é favorável à implantação do "parlamentarismo-já". Mas isto pode significar no dia da promulgação da nova Constituição, alguns meses após a promulgação ou em uma data prefixada, como janeiro de 89.

(Rita Tavares)

obstáculo para um eventual entendimento.

A importância da reunião matinal começou a se desmanchar na hora do almoço, quando o presidente Sarney reuniu no Palácio da Alvorada, para uma reunião-almoço, um grupo de sete ministros e mais o assessor parlamentar da Presidência, Henrique Hargreaves. O governo não saiu da reunião usando outra linguagem. "O presidente viajou tranquilo para Mato Grosso, pois o governo está convencido de que sua proposta em favor do regime presidencialista e mandato de cinco anos vencerá com uma margem bastante significativa de votos", afirmou Carlos Sant'Anna, designado porta-voz do grupo.

Sant'Anna disse, ainda, que o encontro de horas antes entre Brossard e os presidentes partidários fora apenas "um exame de situação". Sintomaticamente, Brossard não esteve no almoço, no qual predominaram os "incendiários". Nesse grupo figuram ACM, Prisco,

Jáder Barbalho (Reforma e Desenvolvimento Agrário), João Alves (Interior) e José Reinaldo Tavares (Transportes). Dos "bombeiros", compareceram apenas Borges da Silveira e Costa Couto. Também sintomaticamente, o chefe do Gabinete Civil foi afastado, ontem, das funções de porta-voz, que assume habitualmente, nessas ocasiões.

Borges da Silveira

O ataque a Brossard não foi o único: a Folha apurou que ACM telefonou a Borges da Silveira, ministro da Saúde, para criticá-lo violentamente pela entrevista dada à Folha e publicada ontem, na qual Borges defendeu um acordo preventivo parlamentarismo com cinco anos de mandato para Sarney. A entrevista "enfraquece" o governo, chegou a dizer o ministro das Comunicações.

A avaliação de Antônio Carlos é correta: depois que Borges da Silveira defendeu, junto aos integrantes do chamado "Centro Democrático" (a aglutinação conservadora do PMDB), a fórmula para um acordo,

bancadas como a de Minas Gerais e do Ceará, predominantemente presidencialistas, começaram a inclinar-se para o parlamentarismo. A Folha apurou que o governador Tasso Jereissati (CE), presidencialista e cineasta, já comunicou à sua bancada que aceita a fórmula parlamentarista com cinco anos, se houver acordo.

A advertência de Antônio Carlos produziu algum efeito em Borges da Silveira, que, ontem, admitiu: "A situação não está boa". O ministro da Saúde, antes confiante em um acordo, agora já acha que a única hipótese para viabilizá-lo é a votação conjunta das disposições permanentes (nas quais se fixam o sistema de governo para o futuro e o mandato dos futuros presidentes) e das disposições transitórias (nas quais se decide a data de implantação do parlamentarismo, se este prevalecer, e a duração do mandato de Sarney). "Nenhuma das partes confia na outra o suficiente para votar, por exemplo, parlamentarismo agora e cinco anos dentro de um ou dois meses", diz Borges.

O contra-ataque dos "incendiários" do governo produziu efeito também em Expedito Machado (PMDB-CE), coordenador do "Centro Democrático". Anteontem, Machado achava que o caminho para o acordo estava aberto. Ontem, enxergava um refluxo e dizia: "O acordo está muito distante, quase afastado".

Para completar o cenário de confusão, o deputado Milton Reis (PMDB-MG), um dos articuladores dos cinco anos com presidencialismo, foi prensado ontem, durante o almoço, pelos deputados Ronaldo Cezar Coelho (RJ), Cid Carvalho (MA) e Ubiratan Aguiar (CE), todos do PMDB e entusiastas do acordo "parlamentarismo com cinco anos". Os deputados defendiam a necessidade de aderir à composição. Reis chegou a vacilar, tanto que telefonou a Sarney, para lhe perguntar se havia o tal acordo. Recebeu uma resposta negativa. "Eu te provei que não há o acordo", dizia Reis a Ronaldo, no plenário do Congresso constituinte, à tarde. "Coitado, vai ser o último a saber", fulminou Ronaldo Cezar Coelho.

PMDB se prepara para assumir o governo

ANDRÉ SINGER
Secretário de Redação

O PMDB se prepara para assumir o governo. Pode ser sonho de uma noite de verão, mas o parlamentarismo com cinco anos de mandato cresceu tanto ontem em Brasília que tornou-se inevitável para o partido começar a pensar no que seria assumir o governo dentro de mais ou menos dois meses. A tese dos cinco anos com parlamentarismo tomou corpo também porque o governo começou a emitir sinais de que aceitaria a tese. Os sinais são contraditórios, mas o movimento cresceu dentro do Congresso constituinte com relativa independência em relação ao Planalto.

A adoção do regime parlamentarista deixa uma questão crucial em aberto. Quando o regime será implantado? Na cabeça dos peemedebistas, ao menos daqueles que giram em torno de Ulysses e do grupo histórico será implantado assim que for promulgada a nova Constituição. Sarney aceitará? Ninguém sabe. Talvez o caminho da negociação nos próximos dias corra por aí. Além do parlamentarismo-já, existe a possi-

bilidade de implantação no começo do ano que vem (janeiro ou março) ou só em 1990, depois que Sarney completasse cinco anos de mandato.

Como até agora o governo não está negociando (Sarney queixa-se da falta de interlocutores, embora Ulysses tenha se apresentado como tal) e o parlamentarismo avança, nada impede que os peemedebistas sonhem com um governo novinho em folha que teria como primeiro-ministro, Ulysses, e ministro da Fazenda, por exemplo, o deputado José Serra. Na Saúde estaria o talvez histórico Euclides Scalco, que votará nos quatro anos. O governo seria de coalizão, inclusive com outros partidos ou pedaços de partidos.

Setores do governo mantêm a disposição de ganhar em plenário o presidencialismo e os cinco anos. Abrem outra frente de negociação que pode crescer neste fim-de-semana: a realização de um plebiscito assim que for promulgada a nova Constituição, para decidir sobre o sistema de governo. "A posição do governo é muito clara. Presidencialismo com mandato de cinco anos para todos os presidentes. A nova

Constituição prevê plebiscito para consulta popular sobre os grandes temas constitucionais. Logo que for promulgada a nova Constituição o país terá a oportunidade de fazer um plebiscito para consultar o povo sobre o sistema de governo", disse ontem o consultor-geral da República, Saulo Ramos. Antes de Quêrcia e Leonidas já haviam falado em plebiscito.

Há portanto duas vertentes de negociação: a data de implantação do parlamentarismo e a possibilidade de um plebiscito. Por ora, as negativas do presidente Sarney em negociar com Ulysses Guimarães parecem ter levado grupos mais centrados do Congresso constituinte, empurrados por setores empresariais, a se moverem por conta própria na direção do parlamentarismo com cinco anos. As razões são basicamente o descrédito do atual governo e a possibilidade de substituí-lo sem traumas e a curto prazo por um outro governo dirigido por alguém confiável como Ulysses Guimarães. O temor de uma eleição este ano associa-se à possibilidade de vitória de Brizola. O prolema Brizola fica diminuído para esses setores com a

eleição o ano que vem e o parlamentarismo. Primeiro porque em um ano e meio de governo a crise econômica pode ser ao menos controlada. Segundo porque o sistema já estaria mais enraizado, diminuindo as chances de que, se Brizola ganhasse, pudesse revertê-lo, e sem revertê-lo teria poucos poderes. Em terceiro, porque pura e simplesmente ganha-se tempo e há chances de sair de uma situação ruim.

Se o parlamentarismo for implantado já o será contra a vontade de Sarney. É difícil prever qual será sua reação. A renúncia parece estar descartada, o presidente deverá levar o processo até o fim. Mas pode bombardear continuamente o novo governo e aglutinar em torno de si todos os descontentes com as medidas que serão tomadas.

Muita água correrá nos próximos três dias. Sarney poderá voltar ainda hoje da ilha onde está hospedado para Brasília. Nada está completamente definido, mas o PMDB montará e desmontará gabinetes enquanto não chegar a hora de decidir no plenário, terça-feira, o que de fato vai acontecer.

Thales diz a deputados que trabalhará por entendimento

Da Sucursal de Brasília

O novo assessor político do governo, Thales Ramalho, entusiasmou 11 deputados mineiros de diferentes partidos que conversaram com ele na última quinta-feira. Thales deixou claro que trabalhará por um acordo entre o presidente José Sarney e o Congresso constituinte nas votações sobre mandato e sistema de governo.

A reunião foi uma iniciativa do deputado Leopoldo Bessone (PMDB) e teve o objetivo de abrir um canal de diálogo com o governo sobre os dois assuntos. "Thales se tornou um interlocutor", disse ontem o deputado Gil César, coordenador da bancada peemedebista.

Thales recebeu os deputados e, no começo, diante dos argumentos parlamentaristas, afirmou que "a conjuntura desaconselha uma brusca mudança do sistema de governo, numa crise econômica". Disse que o presidencialismo tem a seu favor uma tradição de quase cem anos.

Os deputados insistiram num acordo em torno do parlamentarismo, deixando no ar a hipótese de mandato de cinco anos para Sarney. "As dificuldades são notórias, mas evidentemente estamos dispostos a um entendimento", respondeu Thales.

Ele justificou a falta de condições para uma negociação plena: "Estou chegando agora. Não tenho ainda intimidade para ligar para o Ulysses (Guimarães, presidente do Congresso constituinte) e pedir para atrasar a votação". Ulysses, ontem de manhã, anunciou a suspensão das sessões deste fim-de-semana e marcou a votação para terça-feira.

Estiveram com Thales os deputados Leopoldo Bessone, Maurício Pádua, Hélio Costa, Gil César, José Ulysses de Oliveira, Ronaldo Carvalho, Aloisio Vasconcelos, Raul Belém (PMDB), Mário Assad (PFL), Mello Reis (PDS) e Elias Murad (PTB). Ficou combinado novo encontro para a próxima semana.

Governistas do PMDB aderem ao sistema parlamentarista com 5 anos

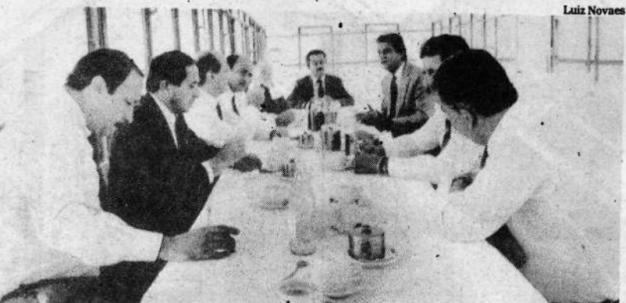
Da Sucursal de Brasília

O bloco moderado e governista do PMDB e a maioria (13 entre 22) dos estratégicos coordenadores das bancadas de deputados peemedebistas migraram em massa do presidencialismo para o parlamentarismo, nas últimas 48 horas, e consolidaram o predomínio deste sistema de governo dentro do maior partido do Congresso constituinte.

Até a próxima segunda-feira, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Constituinte e da Câmara, receberá um abaixo-assinado que o deputado Gil César, coordenador da bancada do partido em Minas Gerais espera ter mais de 200 assinaturas de constituintes do partido (o PMDB tem 300 deputados e senadores).

A adesão dos presidencialistas e "sarneyzistas" do PMDB ao parlamentarismo —decisão vinculada à votação de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney— consolidou-se na última quinta-feira à noite, numa elegante casa no Lago Sul de Brasília, de propriedade de Maria Inês Pinheiro, irmã do ex-deputado Israel Pinheiro Filho.

O movimento de migração completou-se ontem, num café da manhã na cobertura do Hotel Saint Paul, no centro de Brasília. Treze de quator-



Os coordenadores das bancadas do PMDB se reúnem no Hotel Saint Paul

ze coordenadores de bancada presentes concluíram que o parlamentarismo, ainda durante o governo Sarney, "atende a interesses comuns" e seria "a melhor forma de tirar a tampa da panela de pressão" da conjuntura política, como disse o deputado Gil César, promotor do encontro.

As duas reuniões tiveram um único objetivo, segundo Gil César: fortalecer a tendência de fixação do parlamentarismo e do mandato de cinco anos para Sarney e "reforçar a posição de Ulysses Guimarães". Munido de sólida evidência de que a maioria do PMDB quer parlamentarismo, Ulysses seria "a única pessoa em condições de negociar um

acordo com o presidente", disse o deputado.

Na casa da irmã de Israel Pinheiro Filho (um ex-deputado, hoje assessor parlamentar do Ministério da Ciência e Tecnologia) reuniram-se cerca de 20 constituintes, em geral afinados com o governo e próximos aos governadores de seus Estados. A este grupo juntaram-se parlamentares do grupo "histórico" do PMDB, como o senador José Fogaça (RS), parlamentarista, e independentes, como o deputado Ronaldo Cezar Coelho (RJ).

A conversa foi promovida por Israel Pinheiro Filho e pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), ami-

go de Sarney e Ulysses. A maioria era presidencialista, mas saiu da reunião admitindo o parlamentarismo. No final, foi preparado um "roteiro" que será seguido pelo grupo nos próximos dois dias.

O roteiro inclui: a) fortalecer a posição de Ulysses como negociador do parlamentarismo com cinco anos junto a Sarney; b) levar ao presidente do PMDB o "manifesto parlamentarista" preparado há vários dias pelo deputado Virgildário de Senna (PMDB-BA) com pelo menos 200 assinaturas de constituintes do partido (hoje o manifesto tem 163 assinaturas); c) deixar a votação do mandato "à convicção de cada um", como disse Gil César.

Isto significa que não há uma posição fechada a favor do mandato de cinco anos para Sarney, questão que só será votada nas Disposições Transitórias da Constituinte, dentro de dois meses. "Discutir agora o mandato é muito subjetivo, é para o futuro. O negócio é parlamentarismo, o resto é negociável", desconversou Israel Pinheiro Filho, ontem.

"Mas depois de aprovado o parlamentarismo, esse grupo (o bloco moderado do PMDB) vai fazer valer a sua força e dizer que é pelos cinco anos", acrescentou o deputado Gil César, que é um ex-presidencialista convertido ao parlamentarismo e homem de confiança do governador

de Minas Gerais, Newton Cardoso.

A situação da bancada do PMDB mineiro é indicadora da mudança para o parlamentarismo. Hoje, segundo Gil César, dos 37 constituintes, há 22 parlamentaristas, 11 presidencialistas e quatro indefinidos. Já na bancada do PMDB do Ceará a mudança foi mais radical, segundo o deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE): todos os 14 constituintes do PMDB cearense teriam aderido à fórmula parlamentarismo com cinco anos.

"A virada da bancada do Ceará explodiu como uma bomba no governo", disse ontem o deputado Hélio Costa (PMDB-MG). No dia anterior, Costa participara de uma conversa com o novo assessor político do Palácio do Planalto, Thales Ramalho. O coordenador da bancada de deputados do PMDB do Ceará é o deputado Expedito Machado, um dos líderes do "Centro Democrático", que tentou aglutinar os moderados e governistas do PMDB.

Dissidência

Já no café da manhã de ontem no Hotel Saint Paul apenas um coordenador de bancada, o deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE) insistiu na tese do presidencialismo com quatro anos para Sarney, fiel à linha do governador pernambucano Miguel Arraes.